

Impaciência salutar

CONTINUA DE ALÉM DA PÁGINA 2

OSVALDO PERALVA

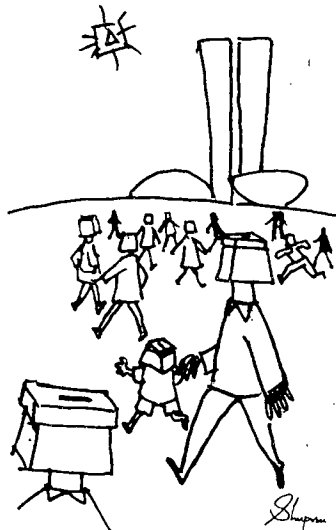
28 JUL 1985

A vida política ganha ritmo mais acelerado no Distrito Federal. Há uma salutar impaciência no seio da população para adquirir a maioria que lhe tem sido negada, apesar de seus 25 anos de existência.

Esse mal poderá converter-se em um bem se os partidos já formados e aqueles em formação souberem conduzir-se de maneira correta na preparação do eleitorado para a utilização das urnas em novembro de 1986, quando oito deputados e três senadores serão escolhidos para representar os brasileiros no Congresso Nacional.

Claro que essa é uma tarefa também dos meios de comunicação, no exercício de seu papel de fiscal dos interesses públicos. Trata-se de evitar que os vícios do clientelismo, dos currais eleitorais, da influência do poder econômico, da compra de votos e outros que preponderam em certas regiões do País também venham a preponderar aqui.

Os eleitores brasileiros não poderão ficar numa redoma, livres de contaminação de qualquer desses procedimentos malsãos. Mas o seu comportamento na capital da República deveria constituir paradigma para o resto do Brasil. Não é demasiado aspirar que isso aconteça, depois de haveremos assistido a demonstrações de amadurecimento político como as que marcaram a



campanha das diretas já.

Até no tipo de propaganda eleitoral, a cidade-monumento e, seguindo seu exemplo, as cidades-satélites teriam uma lição a oferecer, evitando a poluição visual, os pichamentos de paredes, a colocação de cartazes em lugares inadequados e proibidos, assunto que já está merecendo do Governo e da imprensa comentários e providências.

Os gregos, que inventaram a democracia, tiveram um modelo em Atenas, qualificada de "a Grécia da Grécia". É certo que as analogias sempre pecam pela infidelidade, pois representam apenas uma aproximação e não uma cópia daquilo a que são comparadas. Enfim, o que se quer ressaltar é a possibilidade de Brasília vir a ter, como novo centro

eleitoral, uma característica que a notabilize.

Atenas gabava-se especialmente de sua constituição, que não se havia modelado em nenhuma outra, mas que era, antes, um modelo para outras e se caracterizava, em primeiro lugar, pela igualdade entre todos os cidadãos. Apesar de tudo, não estava isenta de vícios. Até Demóstenes foi acusado de não possuir as mãos inteiramente limpas, embora continuasse a gozar de proteção e respeito, pois o título de tribuno do povo era sagrado.

Brasília, Cidade-Estado, com a adoção de novos e melhores métodos de trabalho político, terá condições de se constituir em modelo, ou ponto de referência. Antes que surjam os donos dos partidos, que se criem os grupos neles dominantes, o primeiro teste das urnas há de permitir que as lideranças verdadeiras se afirmem em detrimento dos líderes autoproclamados.

Na rota para chegar até lá, muitas lutas serão travadas em vários terrenos, inclusive no da autonomia plena, que há de vir ao menos no bojo da Carta a ser elaborada pelos constituintes de 86.

A autonomia plena pressupõe obviamente não só a escolha pelo voto popular de todos os governantes e congressistas, como a criação de corpos legislativos próprios em nível distrital, equiparado ao estadual, e

em nível municipal.

Não há critério pelo qual se examine o problema e que repila essa solução. O Distrito Federal tem hoje uma população superior à de alguns estados, como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, já para não falar em Rondônia.

Do ponto de vista financeiro, Brasília também está à frente dos estados mencionados. E quanto à velha e esdrúxula alegação de que sua posição de sede dos Três Poderes é incompatível com a autonomia política, também não resiste à mais superficial análise. Basta lembrar o exemplo de Tóquio, Cidade-Estado, com seu governador eleito, seus órgãos legislativos em níveis estadual e municipal, sem qualquer problema maior em relação aos poderes federais.

Durante três mandatos consecutivos de quatro anos, governou a capital nipônica um professor universitário, Minobe, marxista sem partido, que deu o sinal de partida para a despoluição do Japão. Com uma plataforma de candidato prometendo devolver a Tóquio o seu céu azul, elegeu-se e reelegeu-se. E cumpriu a promessa. O governo Federal, até por motivos eleitorais, tratou de seguir-lhe o passo.

Não há razão válida, pois, para que os brasileiros sejam mantidos como cidadãos de segunda classe, privados do direito de voto ou com esse direito racionado.